

FERNAND BRAUDEL, UM HISTORIADOR DO ESPAÇO SOCIOAMBIENTAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA ECOLÓGICA

André Souza Martinello¹

Resumo: Este artigo discute temáticas presentes na obra do historiador francês Fernand Braudel que podem contribuir para as discussões contemporâneas sobre as relações entre História e Natureza, a História Rural e mesmo sobre questões relacionadas ao âmbito Socioambiental. Considero como ponto de partida, que a abordagem de Braudel é distinta da perspectiva contemporânea, marcada pelas discussões sobre a chamada crise ecológica e a preocupação com a preservação ambiental. Nesse sentido, o historiador francês é muito mais próximo das abordagens clássicas das relações entre o humano e a natureza. Ele também se dedicou mais à interferência e ao papel dos fatores naturais no cotidiano, levando em conta o espaço como uma categoria fundamental na abordagem das interações das sociedades e do meio circundante.

Palavras-chave: História ecológica; Espaço; Socioambientalismo; Fernand Braudel;

Abstract: In this paper we discuss some possible contributions of Fernand Braudel's work to the investigation of the interactions between History and Nature, to Rural History, and even to socio-historical-environmental themes. As a starting point, we assume that Braudel's approach is different from those adopted in present discussions about "environmental crisis" and "environmental conservation". Instead, Braudel's framework is much closer to classical approaches which consider human relationships with nature, the interference and the role of natural factors in human daily life, considering space as a crucial category in the interactions between human societies and their surroundings.

Keywords: Ecological History; Space; Socio-environmental approach; Fernand Braudel;

Mobilizar a obra do historiador francês Fernand Braudel (1902-1985) na busca de compreensões a respeito de determinadas

¹ Doutorando em Geografia Humana pela USP. Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, historiador mestrando pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, vinculado ao LABIMHA e licenciado em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. andresoumar@yahoo.com.br.

Tempos Históricos	Volume 15 - 2º Semestre - 2011 - p. 431 - 455 ISSN 1517-4689 (versão impressa) • 1983-1463 versão eletrônica
----------------------	---

abordagens da historiografia, como a história ecológica, possibilita o conhecimento da própria dimensão temporal das problemáticas, entendidas com enfoque ambiental. Na contemporaneidade, é notado o aumento das preocupações com temas denominados ambientais, surgindo um campo de reflexões e motivações ligadas à preservação da natureza, decorrentes da percepção da crise civilizacional.

Um dos objetivos centrais deste estudo é o de discutir, a partir da maneira e da forma como Fernand Braudel fazia história, sua contribuição para compreender o enfoque ambientalista, utilizando-o como guia e referencial de interpretação na ênfase de levar em conta o meio. Em certo sentido, a questão ambiental pode ser pensada como resultado de motivações de um “conjunto maior”. Algumas das preocupações da história ecológica podem ser ligadas a processos estruturais e conjunturais e, Braudel, pode contribuir de duas maneiras: 1) tanto para interpretar as razões da emergência dessa temática, 2) como para abordá-la. Nesse texto, foco na segunda perspectiva, elencando aspectos presentes e propostos por Braudel que possam ser apropriados e contributivos nas pesquisas em história ambiental. Estou de acordo com Malerba (2006, p.15) quando afirma a importância e necessidade da historiografia fazer revisão da própria literatura, usando da sua história e de historiadores de várias épocas, conhecendo o que já foi realizado, refletindo quais contribuições podem ser encontradas nos que antecederam no tempo e em problemas.

O emergir da história ambiental é um de tantos outros acontecimentos dos campos do saber, mas entendo que é justamente a crise, devido à má gestão dos bens naturais, que faz com que se busque olhar para o passado e escrever uma história do ambiente. Interpretar a crise (ou a questão ambiental) de um ponto de vista braudeliiano, proporia discussão relacionada à macro explicação estrutural (recorte “holístico”), mas não é esse o foco desse estudo. A

noção de estrutura é essencial em Braudel e, segundo Peter Burke (1992a), o acontecimento, o “fato” não era digno da principal preocupação do historiador, mas sua importância se encontrava na capacidade de revelar estruturas mais profundas; essas sim de interesse amplo do historiador da longa duração. Para Burke (1992a, p.327), Braudel era um exemplo de estruturalista: “[...] de Lucien Febvre a Fernand Braudel que, da mesma forma que John Millar, encarava os acontecimentos como a **superfície do oceano da história**, significativos apenas por aquilo que podiam **revelar das correntes mais profundas**.” (grifos meus). Importante enfatizar que, independente da proporção ou do tamanho da relevância do recorte realizado, a necessidade da história ambiental é autolegitimada, pois se trata da história da morada dos seres vivos, do lugar e dos espaços em que os indivíduos, pessoas e comunidades fazem suas existências. Penso que Braudel evitava escrever uma história “a-espacial”, recusando tratar as sociedades como se reproduzidas em um *vácuo* sem matéria.

A compreensão do **meio**, por exemplo, é uma forma de expressar a existência de uma base para a realização mínima e manifestação de qualquer acontecimento, o que, por si só, já demonstra a relevância em escrever histórias das moradas dos seres e não apenas das relações dos indivíduos entre si mesmos: “O meio aqui é uma estrutura de longa duração, conquanto essa estrutura seja entendida, tal como na definição braudeliana, como *‘um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar’*.” (DUTRA, 2003, p.60). A história ambiental construiu-se em pilar de viés ético, problematizando a existência do ser humano nesse planeta e seus impactos. Segundo Donald Worster (2003, p.25), a história ambiental nasce relacionada à forte preocupação moral, preocupada com aspectos para além da vida antropocêntrica. Observo que a Terra

seria, em alguma instância, esse meio que Braudel tem como uma das suas preocupações à compreensão dos humanos em sociedade.

Vale lembrar que a ascensão da história ecológica, conforme Peter Burke afirmou, ocorreu paralelamente aos desgastes da história econômica e perspectivas a ela associadas. Em parte, o aumento do interesse de historiadores pela história (e crise) ambiental, passou a tratar as análises econômicas com mais desconfiança. É como se a história ambiental tivesse sido colonizada e também colonizasse pedaços da historiografia, ocupando lugares e reformulando maneiras de problematizar a história, concorrendo e se sobrepondo ao que, anteriormente, fazia com maior proximidade das histórias da economia. Na atualidade, parece haver uma notável transferência de abordagens do econômico em direção à natureza e ao ambiente. Burke (1992b) afirmou acreditar que a história econômica passou a ser mais apagada e colocada à margem, à medida que surgia a “eco-história”, que o historiador inglês dizia ser jovem e ambiciosa: “Atualmente, a verdadeira identidade da história econômica está ameaçada por uma proposta de controle de um empreendimento jovem, mas ambicioso: a história do meio ambiente, às vezes conhecida como eco-história.” (BURKE, 1992b, p.08). Exemplo ilustrativo dessa passagem da história da eco/nomia para uma história mais eco/lógica, pode ser encontrado na transição de dois temas pesquisados pelo renomado Warren Dean. Publicados em épocas diferentes, os títulos dos seguintes livros exemplificam a passagem da história econômica para a, também, chamada, eco-história: “A industrialização de São Paulo”, obra da década de 1970 e “A Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira” dos anos 1990.

Além dos historiadores e, talvez, antes deles, antropólogos, geógrafos, agrônomos, biólogos, entre outros, têm buscado a reflexão e a pesquisa de temas que passaram a influenciar a

contemporaneidade fortemente; perpassando aspectos, desde a crise ambiental até as sensibilidades emergentes dos indivíduos e sociedades com animais, plantas e meio em que se inserem. É importante lembrar que algumas disciplinas e áreas do saber se constituíram e edificaram seus objetos de estudo e temas de investigação, justamente na interface ser humano e meio ambiente. Os historiadores parecem terem chegado com maior lentidão, às abordagens críticas da degradação ambiental. Talvez, pela busca de afinidade pela esmagadora maioria da historiografia em se firmar no âmbito das ciências humanas, considerando pertinente afastar-se das interpretações e eventos físicos, biológicos ou elementos naturais pensados como se inverso ao humanismo, tornando retardatária a ascensão da história de cunho mais ecológico. É claro que todas as disciplinas e áreas do conhecimento são ciências (e) sociais, pois são constituídas e realizadas, antes, por humanos. Criado e tornado viável por pessoas, o conhecimento, os saberes e as interpretações não são agentes por si mesmos, existem também como interpretação do pensamento humano. Contudo, há aquelas que privilegiam em seus objetos: fenômenos, abordagens e temas retratados e vistos como não-humanos, ou seja, manifestações – orgânicas, por exemplo – que se realizam quase que independentes às vontades das sociedades e das pessoas. Não estiveram incluídos, nas interpretações de muitos historiadores, parte dos acontecimentos “extra-humanos”; afirmação inválida em se tratando de Braudel.

Algumas áreas e métodos de pesquisa, intimamente interessados pela análise da natureza, até se denominaram de ciências duras, numa alusão ao empenho de “decifração” de leis naturais. Cientistas buscaram, em certa medida, legitimarem-se como pertencentes a campos dos saberes das *exatas*, por não serem (pretensamente) humanos, sendo algumas disciplinas:

- a) privilegiaram o ser humano na sua natureza biológica;

b) empenharam-se na construção de um discurso que enfatiza a possibilidade da distância de seus objetos, sem a interferência do analisador do que é analisado.

Há campos de saberes que retratam determinados fenômenos como se existissem enquanto verdades superiores às interpretações humanas. Mesmo que alguns desses fenômenos sejam nomeados, classificados e apelidados de físico, químico, biológico, matemático – portanto, explicados por leis e causas próprias – muitos dos que nomeiam esses eventos e realidades evitam e fogem ao entendimento dessas ações e formas de ver o mundo, como (não) sendo feita por pessoas.

Do ponto de vista da história, é importante refletir que essa separação do ser humano da natureza, enquanto imaginário social ou “realidade construída”, tanto pela(s) ciência(s) quanto pela sociedade, é uma invenção histórica, assim como é a própria abordagem de uma história ambiental. O mesmo vale para a organização e o emergir de disciplinas que tratam mais ou menos o humano social, que surgiram e tomaram estatuto de verdade ao longo de determinadas épocas.² As disciplinas dos saberes formais se realizaram em contextos determinados e possuem suas histórias, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2001, p.40) no livro “Um discurso sobre as ciências”. Esse autor aponta que, na situação de maior rigidez disciplinar, ocorre a crise advinda do conhecimento de pouco diálogo entre campos do saber. Embora estejam ocorrendo tentativas de superação e aproximação de diferentes áreas do conhecimento, Boaventura descreve como algumas disciplinas apresentaram dificuldades e não se encaixaram na classificação

² Bruno Latour (1994, p.08-09), por exemplo, afirma a condição híbrida de seu grupo de pesquisa, por não bem se enquadrarem no referencial disciplinar moderno, por ele identificado e criticado. Para François Dosse (2003, p.36), alguns antropólogos, entre eles Lévi-Strauss, propuseram abordagens que fizessem a união entre a natureza e a cultura levando em conta várias interpretações da sociedade humana: “A superioridade da antropologia, segundo Claude Lévi-Strauss, estava em sua capacidade de superar a divisão artificial entre ciências humanas e ciências naturais.” (DOSSE, 2003, p.36).

segmentária e rígida. Há outros rumos no paradigma, atualmente, que se encontram em transição. No seu entender:

O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa. Esse relativo colapso das distinções dicotômicas repercute nas disciplinas científicas que sobre elas se fundaram. Aliás, **sempre houve ciências que se reconheceram mal nestas distinções e tanto que se tiveram de fraturar internamente para se lhes adequarem minimamente.** Refiro-me à antropologia, à geografia e também à psicologia. Condensaram-se nelas privilegiadamente as contradições da separação ciências naturais/ciências sociais. Daí que, num período de transição entre paradigmas, seja particularmente importante, do ponto de vista epistemológico, observar o que se passa nessas ciências. (SANTOS, 2001, p.40). (grifos meus)

Além dessas áreas e disciplinas, apontadas por Boaventura Santos, que não se enquadraram nas dinâmicas de fragmentação disciplinares dicotômicas entre natural e humano, houve também interpretações e tendências que buscaram a compreensão dos aspectos dicotômicos das sociedades, segundo classificações polarizadas. Como afirmou Ciro Flamarion Cardoso (2005, p.255), em perspectivas marxistas, algumas afirmações tenderam à descrição da cultura como meio artificial ou que reúne elementos da existência humana não biológicos, não passíveis de explicação pela referência exclusiva ao mecanismo fisiológico dos seres humanos: “Do ponto de vista marxista, por exemplo, já se afirmou que a cultura é um meio ambiente artificial [...]” (Ibidem).

Quebrando com esta perspectiva segmentada, Fernand Braudel realiza uma história, levando em conta, ao apontar fatores: naturais e sociais, suas interações, influências mútuas e interdependências.

Braudel estaria mais próximo do paradigma do saber emergente, do que da visão dualista tradicional separada entre as ciências humanas e “não-humanas”, como em Baocventura Santos (op.cit.). No exemplo abaixo, descrito por um biólogo, Braudel parece ter conseguido encontrar situações do dinamismo e proximidade socioambiental da vida:

Para o historiador das epidemias, o capítulo que Fernand Braudel consagra às comunicações, principalmente à rapidez do correio, é muito esclarecedor. Os micróbios viajam como as cartas. As cartas são transportadas por seres humanos que também transportam micróbios patogênicos. As linhas de comunicação que Braudel traça são exatamente as que são seguidas pelas doenças contagiosas. (GRMEK, 1989, p.16).

Estar consciente da construção da diferença e da separação natureza *versus* cultura é fundamental na compreensão dos campos disciplinares, mas, também, para entender a contribuição presente e, aqui, sugerida nas obras de Fernand Braudel à história ecológica. Para Braudel, ambiente é uma estrutura que possibilita, autoriza, impede, limita, condiciona, propõe e influencia as manifestações ao longo do tempo.³ Para esse historiador, o ambiente seria algo como a superfície e substrato que permite a existência da natureza – é, em parte, o mundo já existente antes da presença humana na Terra, que auxilia ou dificulta e dá peculiaridades à própria reprodução das sociedades – e abarca todas as construções e realizações humanas. O ambiente seria uma totalidade, na qual estão presentes, mesmo que em contradição, a cultura e a natureza; os indivíduos sociais e os humanos biológicos; os símbolos e a existência física. No ambiente, está o natural humano e o mundo socioambiental. Em

³ Como lembra Carlos Rojas (2003, p.151), como barreira a colonização europeia não foram apenas fatores dos ambientes naturais, mas também sociais: “Serão esses imensos obstáculos, humanos ou naturais, que limitaram em ambos os casos essa expansão europeia, ou o simples reconhecimento do ‘outro’ [...]”

uma escala e exemplificação, o ambiente poderia ser observado no próprio ser humano, se pensássemos nosso corpo como um ambiente, tendo, nele, e sendo natureza: biológicos, físicos, químicos, matemáticos; mas, junto disso, humanos: temos valores, sentimentos, afetos, interpretações dos nossos aspectos naturais. Usamos vestimentas e seguimos padrões e uma moda, cortamos e pintamos os cabelos, criamos proteções para lidar com outros animais, para o trabalho, para enfrentar o frio/calor, portamos ferramentas, etiquetas. Necessitamos do nosso organismo biológico para dar conta das demandas sociais, às regras culturais ou costumes. Seguindo padrões, mas também ditamos nossa sociedade para “respeitar” e mesmo “compreender” nossas limitações e capacidades físicas, pensadas como naturais. Mesmo que soframos modificações, nós, humanos, continuamos sendo, naturalmente, animais e, culturalmente, humanos ou, em outras palavras: o cérebro humano que cria e possibilita a cultura, só o faz e o fez, porque há realmente neurônios e outras condições que possibilitaram a existência do cérebro.

Para Braudel, as sociedades são dependentes e vítimas da natureza; só realizam aquilo que aquela permite e não impede. O historiador estadunidense Donald Worster (1991, p.200) afirma que, “Para Braudel, o ambiente eram as formas da terra – montanhas, planícies, mares –, um elemento quase fora do tempo agindo na moldagem da vida humanas nos processos de longa duração (*longue durée*).” Wortster (Ibidem) também percebe uma visão estruturalista em Braudel, pois: “Ele sustentou que havia mais na história do que a sucessão de fatos das vidas individuais; na escala mais ampla, havia a história vista do ângulo superior da natureza, uma história ‘na qual toda mudança é lenta, uma história de repetição constante, de ciclos sempre recorrentes’.”

Algumas sociedades africanas podem ter sido menos exploradas ou “beneficiadas” por estarem inseridas e “portarem” uma natureza que, do ponto de vista eurocêntrico as compreendia, sendo: mais diversas, densas e “hostis” do que a européia. No contexto da exploração colonial, os europeus tiveram, não apenas dificuldades, mas viram o ambiente natural como um fator e barreira que os impedia de dominar determinados espaços para *sorte* de sociedades e da natureza locais. “As formas sociais têm também as suas geografias diferenciadas.” (BRAUDEL, 1996, p.35). Nessa perspectiva de Fernand Braudel, afirmou Carlos Rojas (2003, p.153): “[...] outras vias de historicidade que tornaram impossível uma expansão européia mais orgânica, na África meridional foi mais a natureza exuberante que, durante séculos, desempenhou o papel de freio para os europeus.” Constatação muito semelhante pode ser encontrada na interpretação de Alfred Crosby (1993, p.134), quando entende o meio natural como uma espécie de fator de impedimento à colonização ou freio ao domínio branco europeu:

[...] o assombroso, quase assustador, sucesso da agricultura européia nas Neo-Europas. [contrasta com] O difícil avanço da fronteira agrícola européia na taiga siberiana, no sertão brasileiro ou no *veldt* sul-africano contrasta de modo agudo com seu avanço fácil, quase fluido, na América do Norte, por exemplo. (CROSBY, *Ibidem*).

Braudel esteve atento aos fatores biológicos, geográficos, climáticos e físico-químicos de maneira geral, que enquadravam ou tornavam peculiares determinadas ações humanas. Mas, entendia que era ele o autor-historiador que dava sentidos⁴ e interpretações, pois, segundo o próprio Braudel, esses fatores naturais poderiam dar pistas, mas, por si mesmos, não explicavam nada. Ou seja, para

⁴ Como afirmou em “O Mediterrâneo”: “[...] delimitar é definir, analisar, reconstruir, e, neste caso concreto, escolher e, mesmo adotar uma filosofia da história.” (BRAUDEL, 1983, p.22).

Braudel, embora a geografia clarifique e ponha problemas, não os responde completamente (JOLY, 2003, p.144), o que não impedia o próprio Braudel de fazer análises, levando em conta autores geógrafos, mas também fatores geográficos, constituindo, inclusive, uma idéia de estrutura, condicionando a sociedade à geografia.

[...] a ênfase de Braudel em uma geo-história decorre de sua preocupação em estabelecer aquilo que denomina de estruturas da história, ou seja, tudo o que pertence à ordem do observável (elementos climáticos, vegetais e animais de um quadro geográfico) e que condiciona a existência humana. (JOLY, *Ibidem*).

A *vida material* ou *civilização material*, expressões do historiador da longa duração, são possíveis e existem em parte como matéria e elemento oferecidos pelo ambiente. A tríplice: *ambiente, técnicas e bases materiais do cotidiano* (alimentação, moradia, vestuário) formam e configuram o espaço e também resultam dele. O ambiente limita as ações das sociedades, conforme afirmou François Dosse (2003, p.50) a respeito de Braudel: “Essa escrita da história que mergulha nas profundezas daquilo que constitui o ecossistema tem como primeiro efeito minorar o papel do homem como força coletiva.” Para Braudel, há, ao menos, dois “pesos” que condicionam e configuram as estruturas, limitando os indivíduos; uma delas é o tempo, a outra, o espaço.

O tempo é, em parte, a tradição; em parte, o contexto social, as regras culturais, as maneiras de proceder e a dominação e poderes estabelecidos. Mas é, ainda, o tempo natural ou geográfico que deve ser compreendido pelos seres humanos, a fim de que possam interagir. Tratam-se das estações, do tempo das plantas, animais, dos ciclos da chuva, das épocas de calor ou predominância do frio. O calendário agrícola. Mas, além desse tempo geográfico e da natureza, há o tempo social; é o momento histórico em que está inserido o indivíduo e, também, o custo do tempo e as formas com

que as sociedades o medem, contam e o enxergam passar. Para Braudel, a mudança é relativa, lenta e limitada; é mais comum adaptação e aceitação do que as rupturas e quebras; ele mesmo dizia não acreditar nas rupturas totais e rápidas, principalmente, porque havia classes e poderes dominando o tempo e lutando pelas permanências e continuidades: “Em geral, não acredito nas mudanças sociais rápidas, em golpes de teatro. As próprias revoluções não são rupturas totais.” (BRAUDEL, 1996, p.50). Para o historiador, o que predomina são as imposições da continuidade e a força do passado: “O passado também tem sempre algo a dizer. A desigualdade do mundo deriva de realidades estruturais, que demoram muito para se instalar – e demoram muito para desaparecer.” (BRAUDEL, 1996, p.40).

Não é que não existam necessariamente mudanças, mas é que a retirada do “poder dos poderosos”, segundo Braudel, ou é tarefa de longa duração que requer disposição e consistência, ou substituição de grupos dominadores por outros que exercem a tarefa de também dominar e, geralmente, a possibilidade de retirada da classe dominante e de mudança que ocorre em conjunturas bastante favoráveis para tal ação. Afirmou Braudel (1996, p.50): “E em caso de conjunturas adversas, a classe superior se entrincheira; é preciso ter habilidade para lhe forçar as portas.” Inclusive, há mudanças e alterações que são levadas a cabo e realizadas pelos próprios poderes instituídos e classes dominantes. José Carlos Reis (2003, p.113) lembra como Braudel percebe que, na modernidade, as oscilações e mudanças, embora sejam mais rápidas temporalmente, são menos ameaçadoras da ordem instituída: “Na vida moderna, as oscilações tornam-se mais rápidas, mas não são tão ameaçadoras, pois há uma classe que tem os meios para controlar o evento. Essa classe até provoca eventos, impõe mudanças.” (REIS, 2003, p.113). Mas as

mudanças são, muitas vezes, feitas visando inclusive à permanência e não, às rupturas:

Na verdade, ela [classe social] realiza mudanças para permanecer. Ela o faz, primeiro, para melhor exercer o seu domínio; segundo, porque aprendeu a controlar o tempo ao torná-lo metaforicamente como um jogo. Viver é, então, jogar, isto é, produzir eventos vantajosos. O objetivo é fazer com que o tempo ofereça mais lucros, sempre. (Ibidem).

Para Braudel, a mudança feita pelos que estão no poder repercute a dominação, por isso as mudanças não são, para eles, rupturas totais e a proporção de privilegiados permanece: “Quanto à promoção social, ela se ativa com os impulsos econômicos, mas a burguesia nunca sai da sua condição em fileiras muito cerradas, pois a proporção de privilegiados permanece limitada com relação ao conjunto da população.” (BRAUDEL, 1996, p.50). Braudel tem um pensamento em que parece ser menor a capacidade de retirada da força de poder do capital. Portanto, o tempo também limita as mudanças e, muitas vezes, para Braudel, pouco se pode fazer diante do caminho e da força do passado. Já se afirmou: “[...] Braudel demonstrou que a estrutura muda, muito embora pela sua própria condição seja uma realidade que o tempo *‘utiliza mal e veicula muito longamente’*, isto é, embora esteja submersa na longa duração, ela participa de uma determinada temporalidade.” (ROCHA, 2003, p.30).

Outro elemento importante de resistência à mudança e auxiliador no entendimento da mesma, é a noção de espaço que, em Braudel, parece assemelhar-se à noção de ambiente. Dimensão levada em conta, por Braudel, em alguns dos seus livros, como as distâncias, os tamanhos, as proporcionalidades, aspectos do globo terrestre e peculiaridades dos locais; na verdade, o espaço é, para ele, um agente que deve ser levado em conta da mesma forma que um palco dos acontecimentos, mas também como um ator, sendo,

elementos constitutivos do espaço, tanto a natureza como a sociedade. Em certo sentido, sugiro, aqui, ilustrar e relacionar a noção de espaço, em Braudel, com um exemplo o qual é pensado e utilizado, de maneira próxima, pelo historiador inglês Edwar P. Thompson (1998, p.84), quando se referiu à distância dos Estados Unidos como possibilidade de auxílio na emancipação e independência da Inglaterra e que, mesmo existindo sentimentos e vontades do fim da monarquia, para os ingleses, o compartilhamento de um mesmo espaço com o poder do monarca afetou e impediu a possibilidade “geopolítica”. Talvez, semelhante ao que disse Braudel (1996, p.37): “Também a cultura é sempre partilha do espaço [...]”; assim entendeu o historiador inglês, a respeito da separação colônia da metrópole:

Suspeita-se de que há períodos, durante as décadas de 1760 e 1770, em que parte do povo inglês estava mais disposta a se separar da Coroa do que os colonos americanos, só que tinham a infelicidade de não contar com a proteção do oceano Atlântico. (THOMPSON, 1998, p.84)

É dessa dimensão espacial e da geografia do poder, exatamente, conforme exemplificou Thompson – acerca da possível “proteção” da grande distância espacial que significou o Oceano Atlântico entre a colônia inglesa e a Inglaterra – que se pode compreender a noção de espaço em Braudel, como um elemento e fator histórico que, podendo influenciar a formação do fato, de eventos, conjunturas e estruturas, ou mesmo como elemento de diferenciação das sociedades, pois para Braudel (1996, p.35): “A sociedade muda completamente segundo o espaço.” Braudel entende a cultura como quem organiza e ordena o espaço, por isso, o espaço é resultante da sociedade ao mesmo tempo em que a influencia, possibilitando-lhe construir-se e se constituir. A esse respeito,

Braudel dedica, por exemplo, a interpretação do papel que “a montanha” representa no meio estudado, na obra “O Mediterrâneo”. Ele escreve que as montanhas permitem certa liberdade aos forasteiros, devido ao isolamento. É estratégica para refúgio, organização de resistência ou de poder e gera manutenção de organizações e superstições (ou religiosidade) camponesas, inclusive, na expressão de Braudel: é possível observar persistências de subconsciente cultural em populações que habitam algumas montanhas. Portanto, está-se a falar de uma condição do relevo – uma elevação de rocha e solo – mas que pode ter sociabilidades próprias, resultante de condições peculiares que caracterizam o espaço montanhoso. Esse mesmo espaço, quando apropriado e vivido em sociedade, é transformado, construído socialmente com o que lhe é permitido, formando uma única “massa” de natureza e cultura.

Pode parecer enfadonho ou mesmo, idealizado, mas é da influência do meio na sociedade e a sociedade como edificadora do meio a que Braudel está se referindo, quando exemplifica a própria não completa perpetuação ou dispersão do feudalismo em áreas montanhosas. Principalmente, por que, segundo Braudel (1983, p.48), a urbanização ou maior presença demográfica não se realiza nas montanhas.

O regime feudal, como sistema político, social e econômico e como aparelho de justiça, deixou fora da sua área de influência a maior parte das zonas montanhosas, e quando as atingiu só o conseguiu imperfeitamente; facto muitas vezes assinalado a propósito das montanhas da Córsega e da Sardenha, ele também ocorreu na Lunigiana, região entre a Torcânia e a Ligúria [...]. O fenómeno verificar-se-ia em todas as regiões em que a fraca densidade populacional e o povoamento disperso impediram o estabelecimento e domínio das estruturas de Estado, das línguas dominantes e das grandes civilizações. (BRAUDEL, *Ibidem*).

Para Braudel, a montanha, mais que o mar, é responsável pelo isolamento das populações. É claro que o grau das escarpas e

elevação das montanhas influencia, também, nos diálogos e contatos com a planície, pois, o que Braudel (1983, p.51) chama de *montanhas fechadas* do Extremo Oriente (China, Japão, Índia, Indochina), constituem-se mundos autônomos de tão íngremes as suas características físicas e geológicas, limitando várias presenças animais, entre elas, a humana.

Mas o que interessa a Braudel são as montanhas do Mediterrâneo, as quais, quando comparadas às imensas e compridas montanhas do Oriente, proporcionam o entendimento das montanhas europeias, menos íngremes. Para Braudel (1983, p.52), a montanha mediterrânica é zona, por excelência, do leite, do queijo, das ovelhas, das olivas, laranjas, vinhas – isso nas zonas mais baixas – e, nas maiores altitudes: florestas e pastagens. Utópico ou não, Braudel (1983, p.50) vê, nas montanhas, liberdade (política) e autonomia (de abastecimento): “A montanha é o refúgio das liberdades, das democracias, das ‘repúblicas’ camponesas.” Por outro lado, forjando suas produções e organizando o necessário ao consumo, a produção na montanha é autônoma por um lado, mas limitada ou escassa por outro:

A montanha vê-se forçada a bastar-se a si própria em tudo o que é essencial à vida, a produzir, custe o que custar, tudo aquilo de que necessita, a cultivar a vinha, o trigo e a oliveira mesmo que o solo ou o clima não sejam adequados. Sociedades, civilização, economia, tudo ali se caracteriza pelo arcaísmo e pela insuficiência. (BRAUDEL, 1983, p. 43).

Parecia haver, também, certas distinções, fragmentações ou mesmo fraturas representadas pelas diferenças entre os espaços das montanhas e das planícies.

São as montanhas, “oferecedoras” de população quando demandadas pelo exército ou serviços de terceiros. O espaço é fator de divisão e de encontro entre diferentes, como lembra Braudel

(1983, p.57); além de as pessoas da planície caçoarem dos rústicos da montanha, eram raros os casamentos entre as famílias dos respectivos lugares. Mas, as barreiras geográficas eram quebradas justamente pelos movimentos desses grupos e pessoas, com suas trocas, contatos comerciais e escambos culturais:

Uma barreira social e cultural procura, assim, substituir-se à imperfeita barreira geográfica, permanentemente vencida. Quer porque o montanhês desce com os rebanhos num dos dois momentos da transumância, quer porque vem alugar o seu braço no auge das colheitas na planície, numa emigração sazonal muito mais freqüente e ampla do que geralmente se suspeitava [...] (Ibidem.)

Segundo Braudel (1983, p.63), as povoações mais antigas, ou seja, aquelas que melhor mantêm e guardam traços e costumes mais antigos, encontram-se nas colinas mais elevadas, de maneira que o historiador amplia essa noção para além do social, incluindo, na própria existência de terrenos, mais tempo trabalhados e ocupados. Braudel concorda com a oposição de velhos terrenos: os da montanha *versus* novos terrenos: os da planície, que seria marca possível de se observar no Mediterrâneo. Está tentando falar da apropriação do espaço físico pelo espaço social construído, e de como o natural também enquadra e permite a existência da sociedade. Ou de como a sociedade nomeia, utiliza e manipula a natureza. Portanto, mesmo que se pareça aqui focado no espaço social, percebe-se, em Braudel, a idéia de espaço físico e humano interdependente e mutuamente influente ou relacional.

O historiador brasileiro Ciro Flamarion Cardoso (2005) propõe maior ênfase da pesquisa e escrita histórica sobre temas que consigam associar tanto bens materiais, aspectos/condições da vida não social, somando a abordagem das mentalidades. Para Flamarion Cardoso (2005, p.159), embora seja comum interface entre aspectos da materialidade e mentalidade/representação, nas últimas décadas,

a moda entre historiadores acabou criando um *representacionismo* radical, devido ao privilégio das análises do *mental*.

É possível afirmar que contra essa unilateralidade da representação, em detrimento das ações, está presente e bem articulada em obras de Braudel, tanto em livros como “Civilização Material, Economia e Capitalismo” e em “O Mediterrâneo”. Em outras palavras, justamente o que para Ciro Flamarion Cardoso é necessário retornar, parece já ter realizado Braudel. Segundo o historiador brasileiro, a respeito do enfoque material:

[...] sublinha-se aquilo que todo sujeito individual ou coletivo já acha diante de si na sociedade em que vem a existir (os objetos, a língua, a divisão do trabalho etc; em resumo, aquilo que determina o enquadramento instrumental de sua ação), bem como as próprias ações individuais ou coletivas, as práticas pelas quais tal sujeito participa na perpetuação, reprodução e reinvenção permanentes do social. (CARDOSO, op.cit, 153).

Em certo sentido, Flamarion Cardoso critica a expansão do *homo symbolicus* como a única ou a principal abordagem e recorte da sociedade na história.

Além dos símbolos, há, por exemplo, a interação dos indivíduos com seu meio ambiente natural ou socioambiental, mesmo que sejam simbólicas essas relações e possuam representações, são também matéria, processos e forças biológicas. Em outras palavras, assim como a cultura auxilia a compreensão e a interpretação, o biológico também pode auxiliar; ambos não se substituem. Embora, Ciro Flamarion Cardoso aponte, então, para a necessidade de a análise histórica estar presente, além do mental e das representações, o mesmo historiador afirma que a respeito do espaço, geralmente, há junção e dificuldade de separar natureza e sociedade ou ambiente e cultura. Talvez, em contradição a seu pensamento, Ciro Flamarion Cardoso segue pela vereda de que a

imposição (utilização) da idéia de espaço social não é devida, por causa da não separação total de elementos físicos. O que pode ser visto como “riqueza” ou positivo da noção de espaço, articulação socioambiental, Flamarion Cardoso (op.cit, p.40) pensa como negativo: “Um problema na construção como conceito de espaço social é que achamos muito difícil distinguir a realidade do mundo relacional e do mundo físico: as pessoas tendem a considerar o social e o homem como coisas entre as outras coisas do mundo.” Entendo a noção de espaço, em Braudel e Flamarion Cardoso como diferente. Outra possível crítica que ainda pode ser pertinente a Ciro Flamarion Cardoso – além de propor uma análise mais integral do material/social com o biológico, mas, recusar essa junção no espaço – refere-se ao não entendimento do relacional, não só além das pessoas entre si, mas também das pessoas com seus ambientes naturais. Não considero um paralelo da análise do espaço por Flamarion Cardoso e Fernand Braudel algo necessariamente, profícuo, pois o historiador brasileiro aparta o socioambiental do espaço, enquanto Braudel busca justamente a não dissociabilidade socioambiental de sua noção de espaço.

Braudel, observador interessado no natural, biológico, físico, geográfico das dinâmicas sociais e naturais entrelaçadas, devendo-se, tal interesse, em parte, a sua influência na primeira infância. Segundo vários de seus biógrafos e mesmo de acordo com as suas próprias afirmações, as observações das regularidades de vários fenômenos da vida natural foram observados mais frequentemente na infância rural que Braudel pôde viver e se inspirar como historiador. Remetendo-se ao momento de sua infância que parece ter sido, além de marcante, primordial para o desenvolvimento da sensibilidade e habilidade de observação, escreveu Braudel (1995, p.511):

Essa aldeiazinha de Lorena onde eu cresci guiava-se ainda, na minha infância, por um relógio muito antigo: a sua represa animava a roda de um velho moinho, um caminho de pedra velho como o mundo passava como uma torrente em frente à minha casa; essa mesma casa tinha sido reconstruída em 1806 [...].

Braudel despertou para aspectos básicos e necessários da realidade humana que foram, em certa medida, vividos por ele no interior da França, ainda antes da modernização que ocorreu pós-segunda guerra: “Ele aprende a conhecer todas as plantas, todas as árvores; e observando, fazendo as suas caminhadas [...] ele se impregna, assim, do ritmo das estações, marcado pelo afolhamento trienal e pela condução dos rebanhos por um velho pastor alsaciano.” (DAIX, 1999, p.26) Braudel chegou a se definir como um historiador campestre, tanto pela vida no campo até os sete anos de idade, depois pela influência intelectual de Marc Bloch e Vidal de la Blache. Segundo afirma Pierre Daix (1999, p. 28), biógrafo de Braudel, a importância da infância rural para tecer as análises dos bens e do consumo: “Sem este conhecimento vivenciado da aldeia de antes da revolução industrial, Braudel não teria tido a mesma percepção da ‘civilização material’, chave da Grande Obra do fim da sua vida.” Para Daix (op. cit, p.75), Braudel fora um historiador que raciocinava a partir do seu torrão natal e da experiência vivida na Lorena. Essa vivência o estimulou e despertou-lhe a pensar os espaços rurais, urbanos, a tecnologia, a influência do meio nas pessoas e elas modificando e alterando o meio no qual se inserem. Nos primeiros momentos da infância, Braudel “recebera uma percepção instintiva da geografia de que carecem as crianças das cidades [...]” (DAIX, op.cit, p.66). De fato, a imersão maior parece ter ocorrido até os sete anos de vida, pois, após isso, Braudel é levado a Paris pelos seus pais:

Nascido em uma pequena aldeia no leste da França, perto de Bar-le-Duc, segundo filho de um professor apaixonado pela matemática, Fernand Braudel foi, em função de seu frágil estado de saúde, confiado aos cuidados de sua avó vivendo lá por sete anos, antes de voltar a morar com seus pais em Paris. (AYMARD, 2003, p.11).

Considero pertinente, em Braudel, contribuições à história ecológica que passam pela dimensão espacial socioambiental, variadas temporalidades, a não mudança e persistência que o tempo e o espaço representam como estruturas. Além dessas análises tempo/espacial, Braudel pode ser mobilizado no entendimento e na noção de circulação. O autor poderia ser incluído entre aqueles que entendem o consumo da mesma forma que apropriação do ambiente ou da natureza como recurso, e o capitalismo, segundo ele, encontra-se mais à vontade e melhor se manifesta na circulação do que na produção.

Os exemplos e análises da história das sociedades, em Braudel, são recheados de aspectos e temas que têm como fio condutor o espaço, sendo a soma de elementos físicos e humanos, biológicos e culturais num contexto socioambiental que, por vezes, parece mais focado no econômico. Ao mesmo tempo que demonstrou, Braudel evitou a idéia da separação e afastamento do ser humano da natureza. Ao que Bruno Latour chama de crença de que, na modernidade, as sociedades ditas modernas viram-se como menos naturais, numa tentativa de criação humana, enquanto poder de transformação acima das forças da natureza. Talvez, por essa idéia ser construída historicamente e datada – embora ainda predominante – levou Latour (1994) a afirmar que “Jamais fomos modernos”, afinal, indivíduos e sociedades são, também, ou nunca deixaram de ser: natureza. A história ambiental pode ser, temporalmente, manifestação dessa sociedade que ora, modernamente se vê como criando a própria natureza (artificial ou

FERNAND BRAUDEL, UM HISTORIADOR DO ESPAÇO SOCIOAMBIENTAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA ECOLÓGICA (segunda natureza); ora, como natureza pura. Localizando em um tempo de média duração, Braudel, talvez, seja capaz de nos auxiliar para além da compreensão das discussões e reflexões históricas conjunturais e das relações ser humano *versus* natureza. O autor mobiliza, na sua idéia de espaço, a condensação e soma de natureza e sociedade. O historiador francês foi prisioneiro de guerra na Alemanha. Quando descreve e relembra, numa frase, parte importante do que está presente em algumas de suas obras e que podem auxiliar a história ambiental, diz Braudel (1989, p.10) do local de onde escreveu a longa tese de doutoramento “O Mediterrâneo”: “[...] era uma prisão simplesmente terrível, pois lá não havia espaço.” É justamente dessa prisão que o espaço pode se constituir como elemento de ligação e análise entre natureza e cultura e não apenas de segmentação. E é da falta de análise do espaço que a interpretação histórica pode tornar-se mais vazia e, quiçá, utilizando-a como pretendeu, Braudel, a história ambiental estará enriquecendo, tanto no campo do saber, quanto contribuindo ao potencial mais profundo de suas análises. Lembremos Braudel, o cárcere era terrível, entre outros, pela privação de: espaço.

Referências

AYMARD, Maurice. “O homem e o historiador”. In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.11-20.

AYMARD, Maurice [et al]. **Ler Braudel**. Trad. Beatriz Sidou. Campinas (SP): Papirus, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. Lisboa: Livraria Martins Fontes editora, 1983. pp.21-100.

BRAUDEL, Fernand. “O mediterrâneo.” In: **Châteauvallon, Jornadas Fernand Braudel. 18, 19 e 20 de outubro de 1985**.

Uma lição de história de Fernand Braudel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. pp.09-11

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, volume 1. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, volume 3. O tempo do mundo.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. pp.07-69.

BURKE, Peter. “A História dos acontecimentos e o renascimento da narrativa.” In: ___ (Org). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992a. pp.327-348.

BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro.” In: ___ (Org). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992b. p.07-37.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios.** Bauru (SP): Edusc, 2005.

CROSBY, Alferd W. “Ervas”. In_. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900 – 1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp.133-154.

DAIX, Pierre. **Fernand Braudel: uma biografia.** Rio de Janeiro: Record, 1999. pp.09-125.

DOSSE, François. “O traje novo do presidente Braudel.” In: In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Fernand Braudel: tempo e história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.31-55.

DUTRA, Eliana Regina Freitas. “Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrâneo: Fernand Braudel e as voltas da história.” In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Fernand Braudel: tempo e história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.58-70.

GRMEK, Mirko Drazen. “O homem biológico no Mediterrâneo”. In: **Châteauvallon, Jornadas Fernand Braudel. 18, 19 e 20 de outubro de 1985.** Uma lição de história de Fernand Braudel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. pp.15-18.

JOLY, Fábio Duarte. "O Mediterrâneo antigo". In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.141-150.

LATOURET, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: ed.34, 1994.

LOPES, Marcos Antônio. "Um tempo para a história." In:___ (Org). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.81-100.

MALERBA, Jurandir. "Teoria e história da historiografia." In___ (Org). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. pp.11-26.

MARTINELLO, André Souza; SCHNEIDER, Sérgio. "Paralelos entre Antonio Candido e Alexandre Chayanov: Economia Fechada, Equilíbrio Mínimo e Rusticidade." **Revista Territórios e Fronteiras (UFMT)**, v.3, pp.138-158, N.2 - Jul/Dez 2010.

Disponível

em:

<http://cpd1.ufmt.br/ichs/territorios&fronteiras/artigos/2010-1-8.pdf>

REIS, José Carlos. "A temporalidade e os seus críticos". In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.111-121.

ROCHA, Antonio Penalves. "F. Braudel: tempo histórico e civilização material. Um ensaio bibliográfico." **Anais do Museu Paulista, São Paulo**, v.3. jan/dez, 1995, pp.239-249. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a20v3n1.pdf>

ROCHA, Antonio Penalves. "Tempo: histórico e civilização material." In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.21-34.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. "A história da civilização latino-americana". In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.151-167.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 12ª edição. Porto [Portugal]: Edições Afrontamentos, 2001. (Coleção História e Idéias).

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANDRÉ SOUZA MARTINELLO

WORSTER, Donald. “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História.” **Ambiente & Sociedade** v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003.

WORSTER, Donald. “Para fazer História Ambiental.” **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, 1991. pp.198-215.

Artigo recebido em 10/08/2011

Artigo aceito em 27/11/2011

